



3ª Comissão Permanente
Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação
Urbana e Obras Municipais

Parecer

Relativo à proposta 402/2018 - Aprovar a versão final da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 1706 AML 18

DATA 5 / 11 / 2018

Luís Rosa

Introdução

A proposta 402/2018 subscrita pelo Vereador Manuel Salgado, titular dos pelouros do Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Espaço Público, Património e Obras Municipais, foi aprovada por maioria em reunião de Câmara no dia 27 de Junho de 2018. Assim terá de submeter-se à Assembleia Municipal a aprovação da versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto.

Tendo a proposta sido remetida por despacho da Presidente da Assembleia Municipal, Arq^a Helena Roseta, para a 3^a Comissão Permanente, a fim de ser apreciada e consequentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consequência com o disposto no artigo 76^a do regimento da AML.

Enquadramento

Plano de Pormenor do Casal do Pinto

Para que serve este instrumento de gestão do território (IGT)?

O plano de pormenor desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.

O Plano de Pormenor abrange:

- Áreas contínuas do território municipal, que podem corresponder a uma unidade ou subunidade operativa de planeamento e gestão ou a parte delas.

O Plano de Pormenor adopta o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos e aos fundamentos técnicos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração, estabelecendo:

1. a) A definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e a informação arqueológica contida no solo e no subsolo, os valores paisagísticos e naturais a proteger, bem como todas as infraestruturas relevantes para o seu desenvolvimento;

2. b) As operações de transformação fundiária preconizadas e a definição das regras relativas às obras de urbanização;
3. c) O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a localização de equipamentos e zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno e a distribuição volumétrica;
4. d) A distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente, densidade máxima de fogos, número de pisos e altura total das edificações ou altura das fachadas;
5. e) As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;
6. f) As regras para a ocupação e para a gestão dos espaços públicos;
7. g) A implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas;
8. h) Regulamentação da edificação, incluindo os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização no caso dos equipamentos públicos;
9. i) A identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;
10. j) A estruturação das ações de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos.

O Plano de Pormenor relativo a área não abrangida por Plano de Urbanização, incluindo as intervenções em solo rústico, procede à prévia explicitação do zonamento, dos fundamentos e dos efeitos da alteração do zonamento, com base na disciplina consagrada no plano diretor municipal ou plano diretor intermunicipal.

O Plano de Pormenor é constituído pelo regulamento, planta de implantação e planta de condicionantes.

É acompanhado por um relatório técnico, por um relatório ambiental, pelas peças escritas e desenhadas, pelo programa de execução das ações previstas, modelo de redistribuição de benefícios e encargos e plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económico-financeira.



Figura 1 – Fotografia aérea da área a regenerar e modelo urbano da autoria dos arquitectos José Adrião e Pedro Pacheco.

Plano de Pormenor do Casal do Pinto

Verificação de todos os elementos, segundo o RJIGT.

Elementos constituintes:

Planta de implantação, Planta de condicionantes e Regulamento

De acordo com o estabelecido na legislação, é apresentada juntamente com o respetivo regulamento que define essa área de implantação, a nascente pela linha férrea, a norte pela calçada da Picheleira, a poente pela Rua Capitão Roby e a sul pela Rua Carlos Botelho. Das alíneas do regulamento salientam-se os objectivos, os elementos constituintes deste Plano de Pormenor, todos os sistemas de proteção de valores e recursos, nomeadamente os ambientais e culturais, a caracterização do espaço urbano, as diligências a efectuar e a execução do plano que prevê a aquisição de parcelas por parte do município, utilizando o sistema de imposição administrativa.

A Planta de condicionantes é apresentada segundo o estabelecido na legislação, prevendo as restrições abrangidas.

Elementos de acompanhamento:

Fichas de caracterização do edificado:

O relatório apresenta com grande detalhe a ficha de caracterização tipo-morfológica do edificado

Plantas cadastrais

De várias entidades, EPAL, Lisboa Gás, EDP.

Relatório de fundamentação técnica

Apresenta-se bastante completo. Inclui a caracterização sociodemográfica da área de intervenção, onde sobressai a perda de alojamentos e de população em cerca de 70% nos últimos vinte anos, um claro justificativo para o desenvolvimento desta operação de urbanização.

Fichas de caracterização do espaço público.

Identifica as várias artérias abrangidas pelo plano, as características da mobilidade pedonal e rodoviária, as morfologias espaciais, apresentando ainda imagens alusivas à paisagem urbana. Bastante detalhado.

Relatório de Ponderação

Analisa a discussão pública sobre a proposta deste PP, com destaque para as conclusões: instalação de equipamento lúdico infantil na futura praça, identificada área para a prática de desporto informal, criação de parque de estacionamento no subsolo e ajustes à passagem pedonal entre a Calçada da Picheleira e área do plano. Inclui cópia das várias participações apresentadas.

Síntese da fase de acompanhamento

Neste relatório são apresentados os resultados dos vários pareceres emitidos sobre este PP, solicitados a diversas entidades. Vários pareceres favoráveis condicionados da CCDR, IP, Lisboa Gás, ARSLVT, EPAL e APA e pareceres desfavoráveis da Direcção-Geral do Património Cultural e da Direcção-Geral do Território. A câmara optou por soluções que considerou mais adequadas, salvaguardando a legalidade, para efectuar as correções necessárias ao PP. A ANPC, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a EDP, a Valorsul, a Aut. Nacional de Aviação Civil e a Direcção-Geral das Actividades Económicas emitiram parecer favorável. Sobre o parecer desfavorável emitido pela DGT importa referir que foram apontados erros e imprecisões à cartografia utilizada para suporte à elaboração da proposta de elaboração do PP, não cumprindo totalmente ou em parte o estipulado no decreto-lei 141/2014. Também o relatório ambiental teve parecer negativo da DGPC e condicionado da ARSLVT.

Peças escritas e desenhadas

Nada a apontar, são as peças que suportam as operações de transformação urbana previstas, para efeitos de registo predial e de elaboração ou conservação do cadastro da propriedade rústica ou predial. São apresentadas 26 plantas específicas.

Estudo acústico

É apresentado este estudo referente à análise dos mapas de ruído com dados relativos à topografia e aos fluxos de tráfego rodoviário e ferroviário ou ao tipo de pavimento. Anexa-se os mapas de conflito da situação futura.

Relatório Ambiental

Num documento extenso, o relatório ambiental destaca a requalificação urbana desta área da cidade que será alcançada com a execução deste PP. A introdução de novos espaços públicos constitui um ponto de congregação entre os diferentes bairros e núcleos envolventes; a operação de ampliação do bairro da Picheleira transforma-se numa oportunidade para acentuar e valorizar as qualidades paisagísticas e ambientais deste território, através da instalação de uma praça no topo do vale e de um parque urbano com valências hortícolas, indo assim esta proposta de Plano de Pormenor do Casal do Pinto ao encontro das directrizes dos IGT de índole superior.

Plano de Financiamento e execução

O programa de acções nos espaços a consolidar prevê vários momentos, com destaque para a reestruturação do solo urbano, numa área com 6,3 hectares e com encargos de urbanização que correspondem a todos os custos previstos no plano com a criação e remodelação de infraestruturas urbanísticas, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás, e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros locais de utilização coletiva, destacando-se a criação/reforço das redes de infraestruturas gerais, de modo a adequar o seu dimensionamento e/ou capacidade às necessidades geradas pelas novas construções; a abertura de novos arruamentos (incluindo a construção da via panorâmica e o prolongamento da Rua Silveira Peixoto, Rua Luís Gonzaga Pereira e Rua J à Picheleira) e o reperfilamento de vias pré-existentes (nomeadamente da Rua Carlos Botelho e do arruamento que estabelece a ligação da Calçada da Picheleira à Rua Carlos Botelho) a criação e a infraestruturização do Parque Urbano da Conceição incluindo a construção da passagem de nível e do espaço desportivo informal em túnel

por baixo da via e da linha férrea; a criação de uma Praça Central. Os encargos da urbanização estão estimados em cerca de 7 milhões de euros, ao que acrescem 3,5 milhões para a edificação de vários equipamentos sociais (creche, parque estacionamento e centro de dia), num total de 10,5 milhões de euros.

A estimativa do valor dos terrenos de 12,5 milhões de euros foi determinada em função da sua capacidade edificatória com base nos critérios adotados para determinar os encargos com a aquisição/expropriação das parcelas particulares. Estando estimado em 10,5 milhões de euros os encargos do Município com a realização de obras de urbanização, a aquisição/expropriação das parcelas particulares e a construção de novos equipamentos coletivos e considerando que os benefícios para o Município com a valorização dos terrenos se estimam em cerca de 12,5 milhões de euros, é possível concluir pela sustentabilidade financeira dos encargos assumidos pela autarquia.

Ficha de dados estatísticos

Este documento é obrigatório para efeitos futuros de registo predial, é disponibilizado pela Direcção-Geral do Território e preenchido pelos serviços da Câmara Municipal.

Relatório de Fundamentação do Plano

O principal objectivo deste relatório é a definição de uma estratégia geral de intervenção no território, elencando os princípios de actuação do PP e apontando os objectivos alargados que visam dar resposta à necessidade de requalificação e consolidação deste espaço urbano, dinamizando assim esta área em processo acelerado de degradação e abandono.

No geral, a proposta 402/2018 reúne os elementos necessários, apresentados nos vários anexos à mesma, para a aprovação final.

Qual a importância deste IGT na regeneração urbana?

O Plano de Pormenor permite gerir o território a intervencionar, nomeadamente os usos do solo e a gestão do espaço público. Nesta área de Lisboa, fronteira entre as freguesias de Marvila e Beato, estes projectos de regeneração urbana revestem-se de particular importância, pois contribuem para a coesão social e ordenamento do território abandonado, sem utilização há anos. Os equipamentos a construir, a oferta

de habitação, estacionamento e serviços públicos de várias ordens serão o resultado mais visível da futura concretização deste plano. Daí resultam os seguintes:

Objectivos do Plano de Pormenor do Casal do Pinto

- Promover a regeneração urbanística de uma área atualmente desarticulada que integra parcelas urbanas não edificadas e a carecer de estruturação;
- Promover a articulação viária da área com a estrutura envolvente, nomeadamente, através de ligações estruturantes, gerando uma correta hierarquização das vias;
- Garantir a revitalização e valorização funcional, com incremento da função habitacional;
- Satisfazer as necessidades ao nível de equipamentos de utilização coletiva, definindo os critérios da sua inserção urbanística e a respetiva localização;
- Melhorar a dotação de áreas verdes de recreio e lazer, valorizando a área do Plano e a sua interligação com as zonas limítrofes;
- Configurar espaços públicos qualificados e estruturantes que fomentem a coesão social e o reforço da atratividade da área;
- Reverter a imagem do espaço urbano existente e procurar a legibilidade para a área, imprimindo-lhe identidade, estrutura e significado.

Passos da proposta:

A proposta de plano foi enviada à CCDR-LVT, tendo merecido acompanhamento e concertação, nos termos dos artigos 86.º e 87.º Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O modelo urbano, da autoria dos arquitectos José Adrião e Pedro Pacheco, foi aprovado pela Câmara Municipal a 27 de julho de 2016 (Deliberação n.º437/CM/2016).

A Câmara Municipal de Lisboa, em reunião pública de 28 de fevereiro de 2018, através da Deliberação n.º 82/CM/2018, deliberou proceder à abertura de um período de discussão pública da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, para apresentação de reclamações, observações ou sugestões; O mencionado período de discussão pública, publicitado no Diário da República, 2.ª série, n.º 54, de 16 de março de 2018, através do Aviso n.º 3519/2018, teve a duração de 20 dias úteis e decorreu entre os dias 21 de março e 18 de abril de 2018;

Finda a discussão pública, foi elaborado o respetivo relatório de ponderação. Foram registadas duas participações durante o período de discussão pública, embora tivesse entrado uma terceira participação após a conclusão desse período, que foi igualmente analisada por tratar de uma questão importante no âmbito do processo. As questões apresentadas nas participações abordam essencialmente a falta de estacionamento no Bairro da Picheleira, sugerindo a criação de mais lugares na via pública com reserva para os residentes ou a construção de silo automóvel, a instalação de uma área de recreio infantil na nova praça a edificar e ainda a criação de mais equipamentos desportivos no parque, de forma a aumentar a sua atratividade. A terceira exposição questiona o município sobre a passagem pedonal contemplada no PP que estabelece a ligação da Calçada da Picheleira à área do plano, já que este acesso se localiza no logradouro de uma parcela particular e o edifício possui várias laterais ao nível da cave. Assim, após a ponderação destas participações, a proposta do plano sofreu ligeiras alterações: criação de um parque de estacionamento no subsolo com um mínimo de 80 lugares; até à construção deste equipamento admite-se a instalação de um parque provisório no terreno; a instalação de um equipamento lúdico infantil na praça e uma área desportiva no futuro parque; é reformulada a passagem pública prevista na parcela do nº69 da Calçada da Picheleira de forma a salvaguardar o afastamento necessário dos vãos existentes e acesso à cave desse edifício. As sugestões da Junta de Freguesia do Beato foram decisivas nesta ponderação de alteração deste Plano de Pormenor.

Análise da Proposta

A área de intervenção do Plano de Pormenor do Casal do Pinto (PPCP), localizada na freguesia do Beato, abrange cerca de 10 hectares e é delimitada a norte pela Calçada da Picheleira, a sul pela Rua Frederico Perry Vidal e pela Rua Carlos Botelho, a nascente pela linha férrea e a poente pela Rua Capitão Roby.

A maior parte da área de intervenção é atualmente um grande vazio urbano sendo quase na totalidade propriedade do Município de Lisboa. Este espaço, que até finais dos anos 80 era um terreno agrícola produtivo, perdeu as suas qualidades de campo e tornou-se num enorme descampado sem função e uso. O antigo vale da Quinta da Conceição, antes fértil, converteu-se num enorme vazadouro ilegal, de descargas de terras, destruindo o equilíbrio entre o edificado e a sua envolvente natural. Existe no entanto uma zona, junto à Calçada da Picheleira e Rua Capitão Roby, que apesar de ser já consolidada, contém ainda quarteirões com frentes por colmatar.

A estruturação do tecido urbano e remate do Bairro da Picheleira, a criação do parque urbano que integra a mata, o auditório, miradouro e hortas, a praça, a antiga Azinhaga do Curral e os equipamentos sociais (creche e centro de dia) são considerados os elementos estruturantes do Plano de Pormenor, podendo acrescentar-se a construção do parque de estacionamento subterrâneo. Os objetivos específicos do PP englobam a abertura de novos arruamentos e reperfilamento das ruas limítrofes, uma nova passagem pedonal sobre a linha férrea com ligação à Calçada do Teixeira; promovem a regeneração urbana desta área, nomeadamente com a estruturação e consolidação do tecido urbano em articulação com espaço contíguo consolidado, com a construção de novos equipamentos de proximidade e de espaços públicos qualificados; tudo apontará para a criação de uma nova centralidade no Bairro da Picheleira, com atrativos espaços de lazer e também pela oportunidade de coesão social e demográfica que esta regenerada área da cidade trará futuramente à freguesia do Beato; de referir ainda a contribuição para a estrutura ecológica com a criação do parque urbano de 2,6 hectares, onde pontificam espaços de lazer e hortas urbanas.

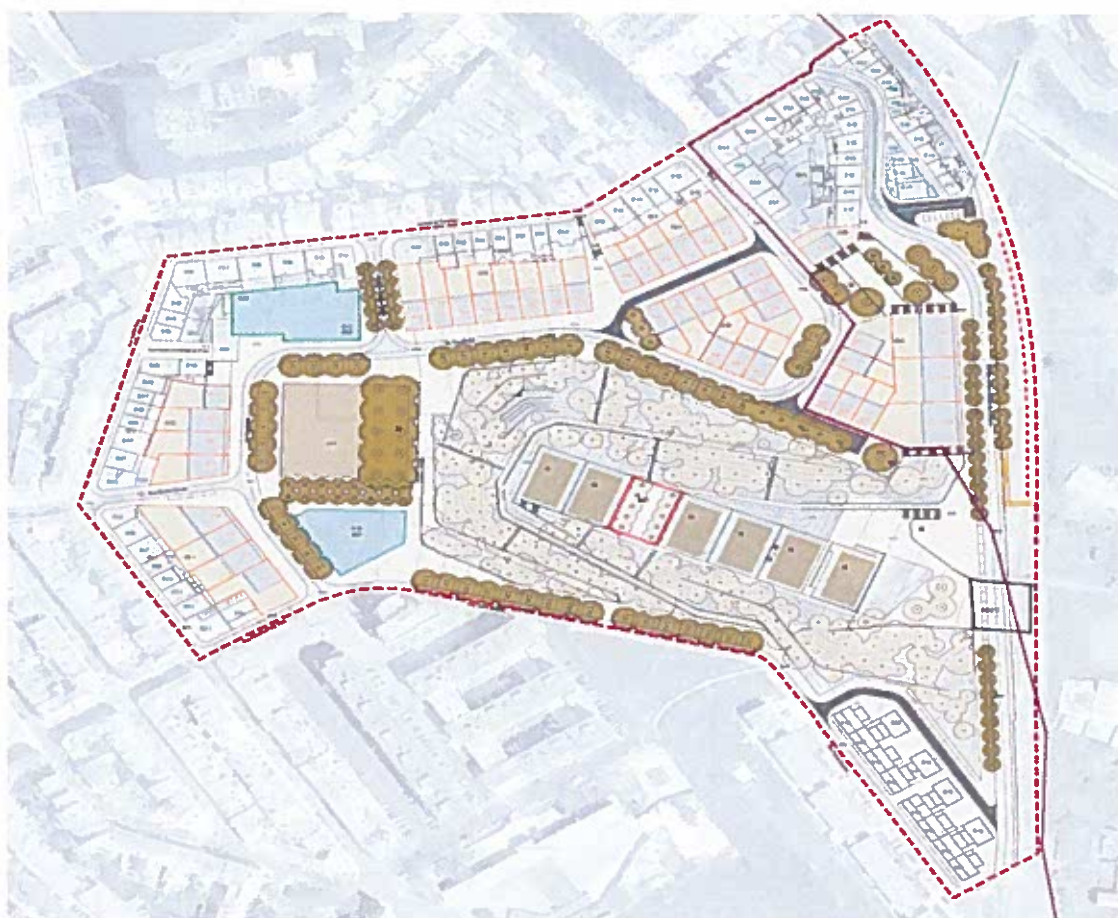


Figura 2 – Planta de implantação do Plano de Pormenor do Casal do Pinto.

Em relação aos espaços a consolidar, destaque para a construção do parque urbano com 80% de flora autóctone, hortas em socalcos e espaços lúdicos; nos espaços habitacionais, cerca de 60% serão para este uso, 20% para comércio e serviços, número médio de 3 pisos; o estacionamento será contemplado à razão de um lugar por fogo com menos de 150 m² e 1,5 lugares com área superior. A superfície máxima de pavimentação não deverá exceder os 22,6 mil metros quadrados, sendo as áreas destinadas a fins públicos para equipamentos coletivos de 2.5 mil, as infraestruturas viárias de 26 mil e os espaços verdes e de utilização colectiva com área idêntica.

Audição ao Vereador Manuel Salgado / Arquitecto Paulo Pais

No dia 1 de Outubro foram ouvidos nesta comissão o Vereador do pelouro e o director do Departamento de Planeamento Urbano, Paulo Pais. Manuel Salgado começou por explicar que o PP teve origem num concurso para jovens arquitectos do European em 1997 e visava a construção de cooperativas para habitação económica. No entanto o estudo do projecto ficou parado durante vários anos. Em 2009 a Câmara começou a desenvolver este plano. Em 2016 a CML enviou o modelo urbano às entidades externas, como a CCDR. Este Plano de Pormenor define uma urbanização de terreno com difícil topografia, organizado pela cabeceira do Vale de Chelas e estendendo-se por este. Deu-se prioridade à construção de um espaço verde com dimensão no centro da área a regenerar com hortas urbanas e equipamentos sociais.

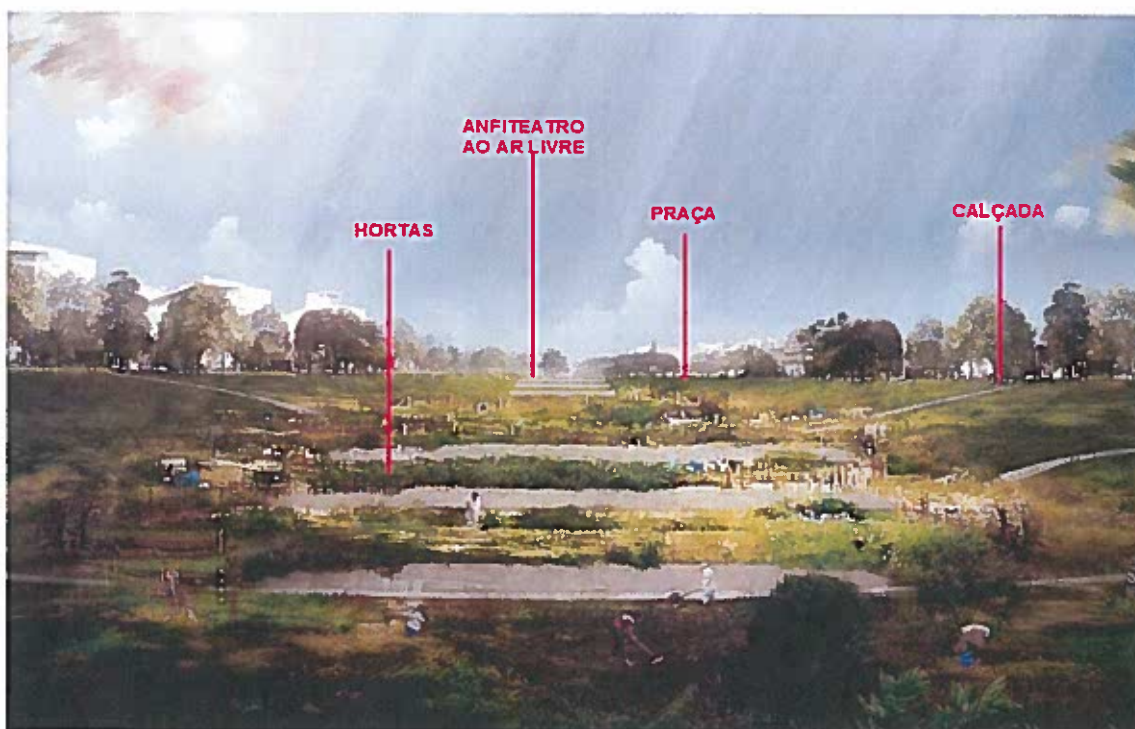


Figura 3 – Perspectiva do futuro parque urbano a erguer no antigo Casal do Pinto.

Na consulta pública, das várias questões levantadas, destacou-se a lei do ruído por causa da linha de caminho-de-ferro, chegando a ser sugerido evitar os usos habitacionais; o problema do estacionamento foi igualmente levantado nas áreas do plano e envolventes. Com o modelo urbano constante na proposta 437/2016 defende-se a criação de uma nova centralidade no Beato, numa área repleta de bairros de autoconstrução, PER e bairros sociais, procura-se promover a coesão social.

O Vereador Manuel Salgado ausentou-se da reunião e deu lugar ao arquitecto Paulo Pais, responsável pelo DPU, para apresentação do Plano de Pormenor, suas características técnicas e especificidades: apresentou os elementos estruturantes (dar continuidade à Picheleira, apresentar diversidade urbana, criação do parque, com hortas, mata, auditório e miradouro), a paisagem será dominada por socalcos com uma lógica de ocupação agrícola para retardar o escoamento das águas pluviais: a edificação de uma praça onde se localizava anteriormente o campo de futebol; dar lugar ao comércio de bairro é outra das prioridades. Adiantou que o Plano de Pormenor promove a regeneração urbana desta área e explicou detalhadamente as regras e níveis de ocupação do solo (ver ponto anterior – análise da proposta).



Figura 4 – Estrutura em socalco na cabeceira de vale. Ideal para escoamento das águas pluviais, áreas extensas de espaços verdes para a penetração das mesmas no solo.

De seguida os representantes das diversas forças políticas colocaram diversas questões. A deputada Virgínia Estorninho do PSD perguntou como foi a negociação da parcela particular localizada na ligação da Calçada da Picheleira à área do plano. Paulo Pais respondeu que primeiro terá que ser aprovado o plano e posteriormente o município deverá propor a aquisição da parcela. O deputado Silvino Correia, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, congratulou-se com a elaboração deste plano, pois o Casal do Pinto foi demolido há mais de vinte anos e este projecto vem de encontro às aspirações dos moradores, nomeadamente com a instalação de equipamentos sociais (creche e centro de dia). No entanto, ressaltou que o estacionamento nesta área da freguesia afigura-se um problema. O deputado independente Miguel Graça colocou várias questões: para os equipamentos, o cálculo efectuado é para a área do plano ou também para a zona envolvente? O centro intergeracional faz parte dos já anunciados pelo município ou é de um processo separado? O estacionamento é apenas para residentes? O Director do DPU respondeu que os equipamentos servirão a freguesia do Beato, mas não só; não está previsto um centro desse género, mas sim um centro de dia e uma creche. O deputado Miguel Santos do PAN referiu-se às alterações climáticas e à arquitectura sustentável; será este um exemplo de modelo verde? Foi esclarecido que é um plano pensado para infiltrar água no solo, beneficiar as ETAR e aumentar os eixos arborizados e as áreas verdes. O deputado Miguel Teixeira do PS considerou esta proposta de grande qualidade e questionou qual o prazo para a execução do plano e se este vai ao encontro das expectativas da população? Paulo Pais afirmou: a resposta da população é satisfatória, vão existir mais movimentos populacionais dentro da freguesia e a Junta de Freguesia concorda positivamente com esta iniciativa de regeneração urbana. Raul Santos, deputado do MPT referiu-se ao empreendimento como ambicioso e perguntou se o parque subterrâneo será definitivo ou provisório. Paulo Pais esclareceu que o objectivo é criar lugares de estacionamento públicos em toda a extensão do plano e acrescentou em resposta ao deputado Miguel Teixeira que não há prazo fixado para execução da obra. Atendendo a que 90% do terreno é municipal, a autarquia terá que adquirir as restantes 10% de parcelas de terreno ao abrigo da lei das expropriações, conforme previsto no regulamento do PP. Após aprovação na Assembleia Municipal da proposta definitiva do plano e após orçamentação e cabimentação, as infraestruturas poderão começar a ser construídas. O deputado Rui Paulo Figueiredo destacou a interligação do plano à cidade.

Opinião do Deputado Relator

Esta proposta tem um nível de elaboração bastante consistente e é fundamental para o desenvolvimento desta área da cidade votada ao abandono. A urbanização prevista e a coesão social serão significativas na freguesia em que se inserem (Beato) e as características morfológicas do território são ideais em termos ambientais e resultarão numa nova centralidade urbana. Como pontos fracos deste Plano de Pormenor ressaltam-se as dúvidas em relação à criação de lugares de estacionamento que possam servir os atuais e futuros residentes e ainda a emergência deste novo espaço num contexto social de proximidade complexo e heterogéneo. Parece-nos que os custos de execução afiguram-se optimistas, mas as estimativas divulgadas são economicamente sustentadas.

Conclusões

Após o cumprimento das formalidades inerentes ao procedimento de elaboração do PP e ao necessário período de discussão pública e participação, foi deliberado submeter à Assembleia Municipal a versão final deste Plano de Pormenor.

A aprovação deste documento fundamenta-se na necessidade de promover a regeneração urbana desta área da cidade, contribuindo para a coesão social e valorização do território. A proposta 402/2018 da Câmara Municipal de Lisboa, aprovada em reunião do executivo e que agora é escrutinada por esta comissão e pela AML contem todos os elementos legais necessários à elaboração de um Plano de Pormenor. Das diligências efectuadas pela Comissão destaca-se a audição ao Vereador Manuel Salgado e ao director do DPU Paulo Pais, momento em que foi apresentado aos deputados este documento e que resultou em várias perguntas aos responsáveis camarários.

Neste contexto, verificou-se que foram cumpridos todos os procedimentos legais aplicáveis, conclui-se que a proposta sobre a qual incidiu o presente parecer estará em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal.

Recomendação

Tendo presente o parecer da 3.^a Comissão Permanente sobre a proposta 402/2018 “Aprovar a versão final da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto”, a 3.^a **Comissão propõe ao plenário da Assembleia que delibere recomendar à Câmara Municipal:**

- “Que na futura elaboração dos elementos constituintes e de acompanhamento aos planos de pormenor e outros planos urbanísticos, seja tida em conta e quando assim seja explicitada, a estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas, bem como dos futuros planos a que dêem origem.”

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

Lisboa, 25 de Outubro de 2018

O Presidente da 3ª Comissão

O Deputado Municipal Relator

- Miguel Gama -

- Fernando Ribeiro Rosa -